

“Podemos dar visibilidade à luta das mulheres indígenas e ao trabalho que estamos fazendo”

ANDREIA LOURENÇO – GUARANI NÂNDEVA

da 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (CNPMM). Houve ainda uma aproximação entre mulheres indígenas e negras, durante a Marcha das Mulheres Negras realizada em novembro de 2015, em Brasília.

Em 2016 e 2017, o Voz também se dedicou a ocupar espaços regionais e internacionais. As mulheres indígenas do Voz estiveram na 60ª e 61ª CSW, sendo que a última tinha como tema emergente o empoderamento de Mulheres Indígenas. Nas duas vezes fizeram parte da delegação oficial Brasileira em forte sintonia com movimentos regionais de mulheres indígenas e o Fórum Internacional das Mulheres Indígenas. Em 2016 também participaram da 33ª sessão do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas e, em 2017, do 13º Fórum Permanente dos Povos Indígenas.

PRÓXIMOS PASSOS

Estão programadas novas capacitações, incluindo um curso sobre o Sistema Internacional de Proteção dos Direitos Humanos e o desenho de um plano de ação para a realização da I Marcha Nacional das Mulheres Indígenas, além da continuidade do apoio às reuniões do Grupo de Referência e da elaboração de um mecanismo de resposta rápida para defensoras dos direitos humanos das mulheres.

A ONU Mulheres também apoiará que mulheres indígenas atuem nas redes de mulheres e em fóruns de incidência regional e internacional. Entre os espaços internacionais se destacam a Comissão sobre a Situação das Mulheres (CSW), o Comitê para Eliminação de todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (CEDAW) e o Fórum Permanente para os Povos Indígenas.



“O Voz das mulheres indígenas abre novos horizontes: as mulheres estavam desesperançosas e hoje elas buscam participar, contribuir e falar o que pensam e o que querem”

LEONICE TUPARI – TUPARI



PARCERIAS

O projeto Diálogo Nacional de Mulheres Indígenas foi implementado pelo escritório Brasil da ONU Mulheres com fundos do Programa dos Povos Indígenas da Embaixada da Noruega no Brasil e o apoio de contrapartes tanto do poder público como da sociedade civil. Parte integrante do projeto através do Grupo de Referência e das Multiplicadoras foram: Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME), Conselho Nacional de Mulheres Indígenas (CONAMI), Namunkurá Associação Xavante (NAX), Rede de Juventude Indígena (REJUIND), Conselho do Povo Terena, Kuñague Aty Guassu, Organização Indígena Tronco Velho Pankararu (TVP), Federação dos Povos Indígenas do Pará (FEPIPA), Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), Articulação das Mulheres Indígenas do Ceará (AMICE), Articulação dos Povos indígenas da Região Sul (ARPINSUL), Federação das Organizações e Comunidades Indígenas do Médio Purus (FOCIMP), União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira (UMIAB), Organização das Mulheres Indígenas do Acre sul do Amazonas e noroeste de Rondônia (SITOAKORE) e Takinã - Comissão de Mulheres Indígenas de Mato Grosso (Takinã - Coami). Entre os parceiros do projeto figuram instituições governamentais como a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM); e organizações internacionais, como o Fórum Internacional de Mulheres Indígenas (FIMI) e a Rede Continental de Mulheres Indígenas (ECMIA). Do movimento de mulheres contribuíram a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) e a Articulação de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB).

 [onumulheresbrasil](https://www.facebook.com/onumulheresbrasil)

 [ONUMulheresBR](https://twitter.com/ONUMulheresBR)

 [onumulheresbr](https://www.instagram.com/onumulheresbr)

mulheres.indigenas@unwomen.org

www.onumulheres.org.br

VOZ
DAS MULHERES
INDÍGENAS





“Muitas mulheres indígenas querem cobrar do estado uma política pública voltada para elas. Esse é o momento das mulheres.”

SIMONE ELOY AMADO – TERENA

Segundo o Censo da População Indígena (2010) vivem hoje no Brasil aproximadamente 448 mil mulheres indígenas, e há uma diversidade de 305 povos, falantes de 274 línguas. Até o momento, o projeto alcançou 104 povos.

COMO FUNCIONA

O projeto utiliza uma metodologia inovadora, desenhada de forma participativa, para a coleta de dados por mulheres indígenas junto a outras mulheres indígenas. São 5 lideranças que atuam como Grupo de Referência, deliberativo, e 19 lideranças que atuam como multiplicadoras, para recolher nas comunidades as demandas que alimentaram a pauta comum. Elas pertencem a 23 povos, das cinco regiões do país, contemplando 16 estados.

O projeto promoveu ações para o empoderamento político das mulheres indígenas e para o fortalecimento de suas capacidades de incidência, além de oferecer treinamento sobre acesso a direitos e políticas públicas e sobre marcos normativos nacionais e internacionais para promoção da igualdade de gênero. Ao refletir as demandas comuns das diversas mulheres indígenas brasileiras, a pauta nacional se constitui em um documento vivo, que está em contínua construção e atualização.

RESULTADOS

1. A Pauta

Preservando a diversidade das comunidades existentes no Brasil, a pauta nacional das mulheres indígenas reflete a transversalidade cultural entre os povos e possibilita que as diversas mulheres indígenas do país se sintam reconhecidas em um denominador comum quanto às suas questões e demandas. Assim, a pauta adquire maior potencial de mobilização e incidência frente ao poder público e a outras instâncias

políticas. Para compor o documento comum foram aplicados 281 questionários, respondidos por mulheres indígenas de 20 unidades da federação. A pauta contou também com contribuições enviadas espontaneamente por mulheres indígenas de todo o país. Ao todo somou contribuições de 105 povos dos 300 existentes no Brasil.

Para cada tema foram elencadas demandas específicas e feitas propostas para incidência. A pauta comum foi analisada, sistematizada e validada em abril de 2016, no XII Acampamento Terra Livre (ATL), o maior encontro anual dos povos indígenas brasileiros. Na ocasião, o ATL contou com cerca de mil lideranças de povos e organizações indígenas de todas as regiões do Brasil, e foi a primeira vez que o evento incluiu uma plenária exclusiva de mulheres indígenas na programação oficial.

Hoje, a pauta nacional já é reconhecida como representativa da voz das mulheres indígenas no Brasil.

2. Incidência e fortalecimento do movimento de mulheres indígenas

O projeto se destacou pelo apoio à atuação de mulheres indígenas em espaços de participação política. Somente no ano de 2015, foram organizados 4 workshops, 14 reuniões nas 26 conferências regionais e foram organizadas 28 atividades nas comunidades. Em 2016, as multiplicadoras estiveram presentes em 19 das 26 das conferências regionais, com destaque para as etapas regionais e nacional da 1ª Conferência Nacional de Política Indigenista e o XII Acampamento Terra Livre. A ONU Mulheres realizou oficinas para a reunião, capacitação e debate das participantes. Em paralelo, o projeto apoiou a participação de mulheres indígenas em espaços de incidência do movimento de mulheres, como a realização da Conferência Livre com Mulheres Indígenas, parte do processo

A PAUTA

- 1 **Violação dos direitos das mulheres indígenas**
**(incluindo o enfrentamento à violência contra as mulheres, mas não se limitando a esse assunto)*
- 2 **Direito à terra e processos de retomada**
- 3 **Direito à saúde, educação e segurança**
- 4 **Formulação de uma estratégia de incidência política**
- 5 **Tradições e diálogos intergeracionais**
- 6 **Empoderamento político das mulheres indígenas**
- 7 **Comunicação e processos de conhecimento**
- 8 **Processos de resistência**
- 9 **Sustentabilidade e financiamento**
- 10 **Direitos econômicos**